Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

EDIÇÃO N. 57: CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 2

Jurisprudência
em Teses

STJ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Edição n. 57 Brasília, 11 de maio de 2016

As teses apresentadas foram elaboradas após pesquisa na base de dados de Jurisprudência do STJ atualizada até 11/03/2016.

Este periódico não é um repositório oficial de jurisprudência.

EDIÇÃO N. 57: CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes cometidos contra a Administração Pública, ainda que o valor seja irrisório, porquanto a norma penal busca tutelar não somente o patrimônio, mas também a moral administrativa.

Julgados: AgRg no AREsp 487715/CE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 01/09/2015; AgRg no REsp 1511985/PR, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 01/09/2015; AgRg no REsp 1308038/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 29/05/2015; AgRg no AREsp 342908/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 27/06/2014; AgRg no REsp 1382289/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 11/06/2014; AgRg no REsp 1102065/MS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJE 30/04/2012; HC 165725/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 16/06/2011; APn 000702/AP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, CORTE ESPECIAL, DJE 01/07/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 473)

2. É possível o agravamento da pena-base nos delitos praticados contra a Administração Pública com fundamento no elevado prejuízo causado aos cofres públicos, a título de consequências do crime.

Julgados: AgRg no AREsp 455203/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJE 26/10/2015; AgRg no AREsp 152433/PE, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJE 22/06/2015; AgRg no AREsp 531930/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 13/02/2015; HC 282593/RR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 15/08/2014; PET no REsp 1113688/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 28/03/2014;

3. A regularidade contábil atestada pelo Tribunal de Contas não obsta a persecução criminal promovida pelo Ministério Público, ante o princípio da independência entre as instâncias administrativa e penal.

Julgados: HC 218663/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 23/11/2012; REsp 1199887/PI, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 06/08/2012; HC 156234/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJE 03/05/2010; REsp 742794/PB, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJE 15/03/2010; REsp 472399/AL, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, DJ 19/12/2002;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 371)

4. A agravante prevista no art. 61, II, g, do Código Penal não é aplicável nos casos em que o abuso de poder ou a violação de dever inerente ao cargo configurar elementar do crime praticado contra a Administração Pública.

Julgados: REsp 297569/RJ, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJE 09/03/2011; HC 117749/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 14/09/2009; HC 057473/PI, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 12/03/2007; REsp 100394/RO, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ 22/06/1998; HC 300214/RR (decisão monocrática), Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, Publicado em 06/08/2014; AREsp 642262/SP (decisão monocrática), Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Publicado em 15/04/2015;

5. Somente após o advento da Lei n. 9.983/2000, que alterou a redação do art. 327 do Código Penal, é possível a equiparação de médico de hospital particular conveniado ao Sistema Único de Saúde - SUS a funcionário público para fins penais.

Julgados: AgRg no REsp 1101423/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 14/11/2012; REsp 1067653/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 01/02/2010; HC 100563/PB, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJE 01/02/2010; HC 112943/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, DJE 26/10/2009; REsp 1067744/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 26/10/2009; REsp 1023822/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 16/03/2009;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 384)

6. Os advogados dativos, nomeados para exercer a defesa de acusado necessitado nos locais onde não existe Defensoria Pública, são considerados funcionários públicos para fins penais, nos termos do art. 327 do Código Penal.

Julgados: HC 264459/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 16/03/2016; RHC 033133/SC, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 05/06/2013; AgRg no AgRg no Ag 1373755/MS, Rel. Ministro HAROLDO RODRIGUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/CE), SEXTA TURMA, DJE 28/06/2011; REsp 902037/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 04/06/2007;

7. A notificação do funcionário público, nos termos do art. 514 do Código de Processo Penal, não é necessária quando a ação penal for precedida de inquérito policial. (Súmula n. 330/STJ)

Julgados: HC 105671/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJE 02/03/2016; HC 288658/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 17/02/2016; AgRg no REsp 1459388/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJE 02/02/2016; AgRg no RHC 057927/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 30/09/2015; RHC 057524/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJE 01/09/2015; AgRg no AREsp 545101/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 29/06/2015; RHC 023163/MG, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJE 25/03/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 443)

8. A prática de crime contra a Administração Pública por ocupantes de cargos de elevada responsabilidade ou por membros de poder justifica a majoração da pena-base.

Julgados: APn 000675/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJE 02/02/2016; RHC 062394/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJE 10/12/2015; REsp 1251016/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 27/11/2014; REsp 1251621/AM, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 12/11/2014; AgRg no Ag 1333055/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 11/09/2013; REsp 1131477/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 25/08/2011;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 552)

9. A elementar do crime de peculato se comunica aos coautores e partícipes estranhos ao serviço público.

Julgados: AgRg no REsp 1459388/DF, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJE 02/02/2016; AgRg no REsp 1262099/RR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 28/03/2014; APn 000536/BA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, DJE 04/04/2013; HC 201273/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJE 01/08/2011; REsp 819168/PE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 05/02/2007; AREsp 339737/RO (decisão monocrática), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Publicado em 07/03/2016; AREsp 560835/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Publicado em 17/09/2015; REsp 1208516/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, Publicado em 07/02/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 479)

10. A consumação do crime de peculato-apropriação (art. 312, *caput*, 1.ª parte, do Código Penal) ocorre no momento da inversão da posse do objeto material por parte do funcionário público.

Julgados: AgRg no AREsp 531930/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 13/02/2015; HC 185343/PA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 26/11/2013; HC 101211/RJ, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, DJE 20/10/2008; RHC 012540/SE, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, DJ 22/04/2003; REsp 297569/RJ, Rel. Ministro CELSO LIMONGI (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), DJE 09/03/2011;

11. A consumação do crime de peculato-desvio (art. 312, *caput*, 2ª parte, do CP) ocorre no momento em que o funcionário efetivamente desvia o dinheiro, valor ou outro bem móvel, em proveito próprio ou de terceiro, ainda que não obtenha a vantagem indevida.

Julgados: RHC 036755/AP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 03/02/2015; CC 119819/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 20/08/2013; AgRg no Ag 905635/SC, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, DJE 24/11/2008;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 526)

12. A reparação do dano antes do recebimento da denúncia não exclui o crime de peculato doloso, diante da ausência de previsão legal, podendo configurar arrependimento posterior, nos termos do art. 16 do CP.

Julgados: HC 239127/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 27/06/2014; APn 000477/PB, Rel. Ministra ELIANA CALMON, CORTE ESPECIAL, DJE 05/10/2009; HC 088959/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 06/10/2008; RHC 007497/DF, Rel. Ministro EDSON VIDIGAL, QUINTA TURMA, DJ 08/09/1998; HC 163565/RS (decisão monocrática), Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, Publicado em 20/08/2013; RHC 021691/MG (decisão monocrática), Publicado em 03/06/2011;

13. A instauração de ação penal individualizada para os crimes de peculato e sonegação fiscal em relação aos valores indevidamente apropriados não constitui *bis in idem*.

Julgados: HC 166089/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 02/09/2014; APn 000459/AC, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, DJE 17/12/2010; REsp 182563/RJ, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJ 23/11/1998;

14. Compete à Justiça Federal o julgamento do crime de peculato se houver possibilidade de utilização da prova do referido delito para elucidar sonegação fiscal consistente na falta de declaração à Receita Federal do recebimento dos valores indevidamente apropriados.

Julgados: CC 135010/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 22/10/2015; AgRg no CC 128011/AC, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), TERCEIRA SEÇÃO, DJE 15/04/2015; HC 166089/ES, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 02/09/2014; CC 121022/AC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 17/10/2012; AgRg no CC 111962/AC, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 22/06/2012;

15. Compete à Justiça Federal processar e julgar desvios de verbas públicas transferidas por meio de convênio e sujeitas a fiscalização de órgão federal.

Julgados: RHC 066350/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJE 18/02/2016; RHC 060802/MG, Rel. Ministro ERICSON MARANHO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SP), SEXTA TURMA, DJE 04/02/2016; RHC 059287/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 25/11/2015; EDcl no REsp 234859/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 14/08/2000; CC 134071/BA, Rel. Ministro NEWTON TRISOTTO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/SC), TERCEIRA SEÇÃO, DJE 03/06/2015; RHC 042582/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 11/12/2014; HC 282593/RR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 15/08/2014; AgRg no CC 129386/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 19/12/2013;

16. Não há bilateralidade entre os crimes de corrupção passiva e ativa, uma vez que estão previstos em tipos penais distintos e autônomos, são independentes e a comprovação de um deles não pressupõe a do outro.

Julgados: HC 306397/DF, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 06/04/2015; RHC 048238/PE, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJE 27/11/2014; APn 000224/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, DJE 23/10/2008;

17. No crime de corrupção passiva, é indispensável haver nexo de causalidade entre a conduta do servidor e a realização de ato funcional de sua competência.

Julgados: AgRg no REsp 1519531/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 03/08/2015; HC 135142/MS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, REPDJE 01/08/2011; HC 123234/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJE 02/08/2010; APn 000224/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, DJE 23/10/2008; REsp 440106/RJ, Rel. Ministro PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, DJ 09/10/2006; REsp 825340/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJ 25/09/2006; AREsp 661467/RJ (decisão monocrática), Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, Publicado em 20/05/2015;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 442)

18. O crime de corrupção passiva praticado pelas condutas de aceitar promessa ou solicitar é formal e se consuma com a mera solicitação ou aceitação da vantagem indevida.

Julgados: APn 000675/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, DJE 02/02/2016; AgRg no REsp 1519531/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 03/08/2015; RHC 048400/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJE 30/03/2015; APn 000685/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, Rel. p/ Acórdão Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, DJE 14/03/2014; HC 176058/PA, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 16/08/2012; REsp 812005/SP, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJE 15/03/2010; RHC 026256/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, QUINTA TURMA, DJE 28/09/2009; HC 089119/PE, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA TURMA, DJ 12/11/2007;

19. O crime de corrupção ativa é formal e instantâneo, consumando-se com a simples promessa ou oferta de vantagem indevida.

Julgados: RHC 047432/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 02/02/2015; RHC 042103/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, DJE 12/02/2014; AgRg no REsp 1154263/SC, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 29/05/2013; CC 110304/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, DJE 21/05/2010; REsp 783525/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ 06/08/2007; AREsp 770387/BA (decisão monocrática), Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Publicado em 03/12/2015;

20. Não há flagrante quando a entrega de valores ocorre em momento posterior a exigência, pois o crime de concussão é formal e o recebimento se consubstancia em mero exaurimento.

Julgados: APn 000825/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, DJE 02/02/2016; HC 266460/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJE 17/06/2015; RHC 047105/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJE 26/03/2015; AgRg no REsp 1196136/RO, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, DJE 17/09/2013; APn 000422/RR, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, CORTE ESPECIAL, DJE 25/08/2010; RHC 015933/RJ, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, SEXTA TURMA, DJ 02/05/2006; AREsp 623105/MG (decisão monocrática), QUINTA TURMA, Publicado em 30/03/2015; Ag 1299886/PR (decisão monocrática), Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, Publicado em 27/06/2013;

(Vide Informativo de Jurisprudência N. 564)

21. Comete o crime de extorsão e não o de concussão, o funcionário público que se utiliza de violência ou grave ameaça para obter vantagem indevida.

Julgados: HC 054776/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJE 03/10/2014; AgRg no REsp 1196136/RO, Rel. Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, DJE 17/09/2013; HC 198750/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, DJE 24/04/2013; HC 149132/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJE 22/08/2011;